A Telebras esteve presente no Encontro Regional Sul e Sudeste de Corregedorias Vinculadas à CGU – Realizado nos dias 13 e 14 de agosto de 2024, no TCMG – BH, sendo representada por integrante da Diretoria de Governança e da Unidade Seccional de Corregedoria – USC.

O Encontro Regional de Corregedorias – sul e sudeste, realizado pela Corregedoria-Geral da União, unidade da Controladoria-Geral da União – CGU, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais em colaboração com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O Evento objetivou debater temas relacionados à matéria disciplinar, sendo que para alcançar esse objetivo, além dos painéis e palestras, foram realizadas oficinas de capacitação direcionadas para aprimorar o desempenho das atividades correcionais, tendo a Telebras sido representada pelos Especialistas em Gestão de Telecomunicações, Antônio Celson, da Diretoria de Governança, que vem presidindo Comissões Disciplinares e Dante Gomes, titular da Unidade Seccional de Corregedoria – USC Telebras.

O Encontro ocorreu nos dias 13 e 14 de agosto de 2024, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, localizado na Avenida Raja Gabaglia, 1315 – Luxemburgo, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais e foram abordados os seguintes Temas:

Painéis e palestras dia 13 de agosto de 2024.

Palestra: A modernização do direito administrativo disciplinar

Solenidade de abertura

9h00 a 9h30

Palestra: A modernização do direito administrativo disciplinar

09h30 às 10h20

Palestrante:

Cristiana Fortini – Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora do Curso de Direito da UFMG. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA.

10h20 às 10h50

Palestra: A atuação correcional nos tribunais de contas: a experiência da Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Palestrante:

Gustavo Terra Elias – Mestre em Direito - UFMG. Mestre em Corrupção e Governança - Universidade de Sussex. Reino Unido. Coordenador da Secretaria da Corregedoria do TCE/MG.

10h50 às 12h

Painel: Desafios da Sindicância Patrimonial

Painelistas:

Pablo Nascimento Dupret – Auditor Fiscal da Receita Federal.

Renata Ferreira Lima de Vasconcelos - Auditora Federal de Finanças e Controle. Coordenadora - Geral de Investigação de Servidores e Empregados Públicos - Corregedoria-Geral da União.

Moderador: Bruno Wahl Goedert - Auditor Federal de Finanças e Controle. Coordenador-Geral de Uniformização de Entendimentos – Corregedoria-Geral da União.

12h às 14h

Intervalo para almoço

14h às 14h30

Perguntas e respostas curtas sobre questões disciplinares - Pinga fogo

Participantes:

Ricardo Wagner de Araújo - Auditor Federal de Finanças e Controle. Corregedor-Geral da União.

Carla Rodrigues Cotta - Auditora Federal de Finanças e Controle. Diretora de Articulação, Monitoramento e Supervisão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – Corregedoria-Geral da União.

Alessandra Valle Lafetá - Auditora Federal de Finanças e Controle. Diretora de Responsabilização de Agentes Públicos – Corregedoria-Geral da União.

Rodrigo Abijaodi Lopes de Vasconcellos - Coordenador-Geral de Supervisão do SISCOR – Corregedoria-Geral da União.

Bruno Wahl Goedert - Auditor Federal de Finanças e Controle. Coordenador-Geral de Uniformização de Entendimentos – Corregedoria-Geral da União.

14h30 às 15h15

Palestra: Tópicos correcionais relevantes em 2024

Palestrante:

Ricardo Wagner de Araújo - Auditor Federal de Finanças e Controle. Corregedor-Geral da União.

15h15 às 16h15

Palestra: A importância da gestão de riscos para uma administração pública íntegra

Palestrante:

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda – Auditor Federal de Finanças e Controle. Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais.

16h15 às 16h45

Coffee Break

16h45 às 18h

Painel: Efetividade no processo disciplinar

Painelistas:

Fabian Gilbert Saraiva Silva Maia – Auditor Federal de Finanças e Controle - Corregedoria-Geral da União

Alessandra Valle Lafetá - Auditora Federal de Finanças e Controle. Diretora de Responsabilização de Agentes Públicos – Corregedoria-Geral da União.

Moderadora: Carla Rodrigues Cotta – Auditora Federal de Finanças e Controle. Diretora de Articulação, Monitoramento e Supervisão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – Corregedoria-Geral da União

Oficinas e Painéis – 14 de agosto.

Com o objetivo de capacitar servidores e empregados públicos, o Encontro Regional de Corregedorias – Sul e Sudeste ofereceu oficinas sobre matérias correcionais e cada participante teve a opção de se inscrever em até DUAS oficinas conforme os temas abaixo disponibilizados.

1. Como calcular a dosimetria da sanção

Esta Oficina buscou orientar e auxiliar quando da realização da Dosimetria e da utilização da Calculadora de penalidade e de viabilidade de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), de modo a subsidiar a avaliação dos critérios balizadores previstos pelo artigo 128 da Lei nº 8112/90. Abordou os conceitos de natureza (dolo, que pode ser direto/eventual, e culpa, que pode ser grave/erro grosseiro ou leve), gravidade, danos, circunstâncias (agravantes e atenuantes) e os antecedentes funcionais, finalizando com um caso prático.

2. Metodologia para a condução de oitivas

A oficina se propôs a apresentar de forma dinâmica e interativa todos os detalhes da condução de oitivas na via disciplinar. Nela foi apresentado o passo a passo de todas as oitivas correcionais existentes, desde aquelas realizadas em sede de procedimento investigativo até o interrogatório. A

ideia foi construir e disponibilizar a cada participante da oficina um guia completo para a realização e o gerenciamento dos atos disciplinares presenciais.

3. Aplicação da metodologia de gestão de riscos com base em ilícitos administrativos.

A oficina teve como objetivo capacitar representantes das unidades setoriais de correição na implementação de uma metodologia abrangente de gestão de riscos com base em ilícitos administrativos disciplinares, utilizando dados extraídos de processos disciplinares (CGU-PAD, CGU-PJ e ePAD). O treinamento abordará a identificação proativa de irregularidades e detalhará estratégias de controle preventivo, proporcionando ferramentas essenciais para promover maior integridade e eficiência na Administração Pública.

4. Produção de provas efetivas no procedimento correcional

Tratou-se de uma oficina teórica e prática abrangendo a produção de provas efetivas em processos correcionais. A oficina foi dividida em duas etapas, uma introdutória com aspectos teóricos sobre prova e a conceituação de "prova efetiva", dividida nos tópicos abaixo:

PROVA LÍCITA – legalidade e juridicidade

PROVA EFICIENTE – economicidade e eficiência

PROVA PERTINENTE – utilidade, necessidade e adequação

A segunda parte envolveu a exploração de possibilidades investigativas relacionadas aos ilícitos administrativos mais comuns, como recebimento de vantagens indevidas, desídia, abandono de cargo, entre outros.

5. Evidenciação na Investigação Preliminar Sumária para pessoa jurídica

As oficinas tiveram por objetivo apresentar noções preliminares sobre a Investigação Preliminar Sumária (IPS) para coleta de elementos de informação referentes à autoria e à materialidade de atos lesivos à Administração Pública praticados por pessoas jurídicas, que possam ensejar a responsabilização administrativa com base na Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).

Buscou-se, ainda, abordar os diferentes tipos de ferramentas de investigação disponíveis, bem como objetiva que o participante entenda o adequado momento e a forma de utilização de cada uma delas, visando a instrução de IPS's que atendam às necessidades das Comissões de PAR e ao interesse público, em última instância.

Síntese: Unidade Seccional de Corregedoria – USC –Telebras.